

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS**, doravante denominado **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS**, com sede à Avenida Jones dos Santos Neves, nº 70 – Centro - São Mateus – ES, realizará licitação na modalidade "Pregão Eletrônico", do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através do site: <a href="www.bb.com.br">www.bb.com.br</a> ou <a href="www.bb.com.br">www.bicitacoes-e.com.br</a>, tendo como objetivo a <a href="AQUISIÇÃO DE GRUPO GERADOR COM INSTALAÇÃO PARA A UPA — UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO">ACUITA COM INSTALAÇÃO PARA A UPA — UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO</a>, conforme **Processo** nº 013.636/2016. O Pregão será realizado pela Pregoeira e Equipe de Apoio do Município, designados pela **Portaria** nº 105/2016 de acordo com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e demais normas pertinentes, e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações-e", no sítio eletrônico www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil S/A.
- 1.2 Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às Leis № 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de Pregão e a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.3 O Edital poderá ser lido e obtido de segunda a sexta-feira na Sala de Licitações dos Fundos Municipal de Saúde e de Assistência Social, situado na Av. Jones dos Santos Neves, n° 70, Centro ČEP: 29.930-900 São Mateus ES, no horário das 12hs às 18hs, e nos seguintes endereços: <a href="www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a> e <a href="www.saomateus.es.gov.br">www.saomateus.es.gov.br</a>.

#### 1.4 - Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

Data inicial para recebimento das propostas	Dia 24/10/2016
Limite para acolhimento das propostas	Às 13:15 horas do dia 07/11/2016
Abertura das propostas	Às 13:15 horas do dia 07/11/2016
Início da sessão de disputa de precos	Às 13:30 horas do dia 07/11/2016

1.5 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: (informando o número do Pregão) e-mail: licitacaofundo@saomateus.es.gov.br - Telefone (27) 3761- 4881 e/ou 3761-4875, após 12h.

#### 2. DO OBJETO

2.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objetivo a **AQUISIÇÃO DE GRUPO GERADOR COM INSTALAÇÃO PARA A UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO,** com entrega ÚNICA, para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Itens devidamente relacionados no Anexo I, do presente Edital.

#### 3. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

3.1 - Todo equipamento solicitado deverá ser entregue de forma única, na UPA - Unidade de Pronto Atendimento, situada na Rodovia Othovarino Duarte dos Santos s/n° - bairro Carapina, São Mateus/ES, Tel.: (27) 3767-8913 ou 3767-1017 - e-mail: <a href="mailto:amx.semus@gmail.com">amx.semus@gmail.com</a> e/ou <a href="mailto:compras.saudesm@gmail.com">compras.saudesm@gmail.com</a>, em dias úteis, no horário das 07:00 às 13:00h. O transporte até o local de entrega será de responsabilidade da empresa contratada.

#### 4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio do Município a cargo das contas de atividades:

0090 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 009010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 - SAÚDE 301 – ATENÇÃO BÁSICA 0147 – IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE 1.105 – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 44905200000 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 12010000 – RECURSOS PRÓPRIOS - FICHA 00000075



0090 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 009010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 - SAÚDE 301 – ATENÇÃO BÁSICA 0147 – IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE 1.105 – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 12010000 – RECURSOS PRÓPRIOS - FICHA 00000183

### 5. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

5.1 – Observado o prazo legal de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, os interessados poderão formular consultas por e-mail, informando o número da licitação: <u>licitacaofundo@saomateus.es.gov.br</u> – Telefone (27) 3761-4881 e/ou 3761-4875.

#### 6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

6.1 - O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário do início da disputa.

#### 7. REFERÊNCIA DE TEMPO

7.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

### 8. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 8.1 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 8.2 Estarão impedidas de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:
- 8.2.1 estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei no. 8.666/93;
- 8.2.2 sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- 8.2.3 estejam sob falência, concordata, recuperação judicial, dissolução ou liquidação; e
- 8.2.4 se enquadram no disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.3 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

#### 9. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 9.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- 9.1.1 acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- 9.1.2 responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 9.1.3 abrir as propostas de preços;
- 9.1.4 analisar a aceitabilidade das propostas;
- 9.1.5 desclassificar propostas indicando os motivos;
- 9.1.6 conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 9.1.7 verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;



- 9.1.8 declarar o vencedor;
- 9.1.9 receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 9.1.10 elaborar a ata da sessão:
- 9.1.11 encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- 9.1.12 convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- 9.1.13 abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

### 10. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

- 10.1 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de **24 (vinte e quatro) horas** antes da data de realização do pregão.
- 10.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.
- 10.3 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderá ser utilizada em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado.
- 10.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.
- 10.5 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 10.6 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei complementar nº 123 de 14.12.2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 de 07.08.2014 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso.
- 10.6.1- Caso a proponente já esteja cadastrada no sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no sistema. Para tanto deverá dirigir-se a agência do Banco do Brasil de sua cidade.

#### 11. DA PARTICIPAÇÃO

11.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subseqüente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário limite estabelecidos.

Obs.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.bb.com.br, opção "Acesso Identificado".

- 11.2 Como requisito para participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista no edital.
- 11.3 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 11.4 Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando ao Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 11.4.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.



#### 12 - DA PROPOSTA COMERCIAL

- 12.1.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Inciso II, Art. 13º do Decreto nº 5.450/05).
- 12.1.2 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Inciso IV, Art. 13º do Decreto nº 5.450/05).
- 12.1.3 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que venha comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para que seja bloqueado seu acesso imediatamente.
- 12.1.4 A proposta de preços previstas no Edital deverá ser encaminhada exclusivamente por meio eletrônico, via internet, pelo sítio www.bb.com.br e, quando for o caso, seus anexos. (Art. 21 do Decreto 5.450/05).
- 12.1.5 A Proposta de Preços contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado marca, modelo, preços unitários e totais do material, deverá ser elaborada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 12.1.6 Como requisito para a participação no pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos da habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Parágrafo 2º do Art. 21 do Decreto 5.450/05).
- 12.1.7 A proposta de Preços, da licitante vencedora do item, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e apresentada imediatamente, contados a partir do encerramento da etapa de lances, com os preços unitários e totais atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, exclusivamente por meio de sistema eletrônico.
- 12.1.8 Na Proposta de Preços deverá constar as seguintes condições:
- a) Prazo de validade, não inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- b) Prazo de entrega dos materiais: em até 30 dias corridos a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento;
- c) Preço unitário e total do Item cotado, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o inciso IV, Art. 43 da Lei nº 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as quantidades constantes do presente Edital;
- d) No preço cotado, deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguro e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no valor total dos materiais objeto desta Licitação.
- e) Nos preços unitários, será permitido no máximo 02 (duas) casas decimais;
- f) Conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento;
- g) A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- h) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.
- 12.1.9 Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da administração.

### 13. ABERTURA

13.1 - A partir do horário previsto no subitem 1.4, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.



# Estado do Espírito Santo

- 13.2 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 13.3 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 13.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 13.5 Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 13.6 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento eminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 13.7 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento eminente dos lances e subseqüente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.
- 13.8 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 13.9 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante arrematante do lance de menor valor deverá enviar **no prazo máximo de 48 horas**, as declarações e os documentos exigidos para habilitação, contidas nos **ANEXOS** deste Edital.
- 13.9.1 A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, e em sua parte externa e frontal deverá conter, além da razão social da licitante, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS - ES SETOR DE LICITAÇÕES DOS FUNDOS MUNICIPAL DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENDEREÇO: AV. JONES DOS SANTOS NEVES, N° 70 − CENTRO CEP.: 29.930-900 − SÃO MATEUS - ES PREGÃO ELETRÔNICO № 024/2016

- 13.10-A proposta de preços será definitiva e não reajustável e deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua abertura.
- 13.11- O proponente deverá indicar na proposta, as especificações completas e demais exigências para os materiais constantes no anexo I.
- 13.12 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

## 14. DO LANCE, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 14.1 O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**MENOR PREÇO GLOBAL**", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor GLOBAL, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.
- 14.2 Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o Pregoeiro negociará a redução do preço com seu detentor.
- 14.3 Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 10.520/2002. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas no Anexo III deste Edital.
- 14.3.1 O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, via correio ou pessoalmente, a documentação de Habilitação constante do Anexo III deste Edital juntamente com a Proposta



# Estado do Espírito Santo

final, nos moldes por este Edital e Anexos, e Proposta Final Original, sob pena de Inabilitação e conseqüente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro, no seguinte endereço: Av. Jones dos Santos Neves, n° 70, Centro – CEP.: 29.930-900 – São Mateus – ES. Tel.: (27) 3761- 4881 e/ou 3761-4875. 14.4 – Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüentemente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

- 14.5 Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital e em seus anexos ou ofertarem preços superfaturados ou manifestadamente inexequíveis.
- 14.6 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital e anexos, o licitante será declarado vencedor do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto pelo Pregoeiro, caso não haja manifestação de intenção imediata e motivada de interposição de recurso.
- 14.7 O licitante participante registrará o valor correspondente a sua proposta em campo apropriado do sistema e durante a disputa o valor poderá ser reduzido conforme interesse do licitante.
- 14.7.1 Os lances formulados deverão indicar PREÇO GLOBAL.
- 14.7.2 O fornecedor deverá obrigatoriamente indicar no campo "informações adicionais" do sistema eletrônico: Descrição resumida do objeto ofertado, nome comercial, marca, fabricante, país de origem, e informação de que atende na íntegra as especificações mínimas do Anexo II do Edital.
- 14.8 Obedecidos os critérios definidos para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL.**

### 15. DA IMPUGNAÇÃO

- 15.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.
- 15.2 Ao final da disputa de cada item, o licitante que desejar recorrer contra decisões da Pregoeira poderá fazê-lo, manifestamente sua intenção através do sistema eletrônico, imediatamente após a fase competitiva, com o registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memórias no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 15.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.
- 15.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 15.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 15.6 Os recursos e contrarrazões de recurso, bem como impugnações do Edital, deverão ser dirigidos a Pregoeira e encaminhados para o Setor de Licitações dos Fundos Municipal de Saúde e de Assistência Social do Município, localizado à **Avenida Jones dos Santos Neves, nº 70 Centro São Mateus ES, CEP.: 29.930-900** em dias úteis, no horário de 12:00 às 17:00 horas, e-mail: licitacaofundo@saomateus.es.gov.br, o qual deverá receber, examinar e submetê-lo a autoridade competente que decidirá sobre a sua pertinência.

#### 16 - DOS RECURSOS

16.1 – Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendolhes assegurada vista imediata dos autos. A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão com registro em ata da síntese das suas razões e contrarrazões.



## Estado do Espírito Santo

- 16.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 16.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 16.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.5 Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que aceita-los sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 16.6 A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.
- 16.7 Não serão aceitos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax
- 16.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Sala da Comissão Permanente de Licitação dos Fundos Municipal de Saúde e de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Mateus ES, situada à Av. Jones dos Santos Neves, n° 70, Centro CEP.: 29.930-900 São Mateus/ES, e-mail: licitacaofundo@saomateus.es.gov.br.

## 17 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 17.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso.
- 17.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

## 18 - DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

A adjudicatária obrigar-se-á:

18.1 – Entregar o material solicitado, estritamente de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência e previstos neste Edital, bem como no prazo e quantitativo nele estabelecido, responsabilizando-se pela inadequada execução, quando constatada no recebimento, existirem desacordos com as referidas especificações.

### 19 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

- 19.1. Todo equipamento deverá ser entregue de forma única, na **UPA Unidade de Pronto Atendimento, situada na Rodovia Othovarino Duarte dos Santos s/n° bairro Carapina, São Mateus/ES** Tel.: (27) 3767-8913 ou 3767-1017 e-mail: <a href="mailto:amx.semus@gmail.com">amx.semus@gmail.com</a> e/ou <a href="mailto:compras.saudesm@gmail.com">compras.saudesm@gmail.com</a>, em dias úteis, no horário das 07:00 às 13:00h. O transporte até o local de entrega será de responsabilidade da empresa contratada.
- 6.2 O prazo para entrega e instalação total do equipamento é de 60 (sessenta) dias contados a partir do dia da emissão da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus ES.
- 19.3 **Provisoriamente**, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, na apresentação da mercadoria, acompanhado da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável do Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde e se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal é assinado e é emitido o **Termo de Recebimento Provisório**.
- 19.4 **Definitivamente**: após nova conferência e verificação por Fiscal competente do Fundo Municipal de Saúde e se confirmada conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada e é emitido o **Termo de Recebimento Definitivo no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento provisório.**

## 20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1 Aos licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, dizerem declaração falsa, cometerem fraude fiscal, ou de qualquer modo, descumpram cláusula contratual, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município:
- 20.1.1 advertência sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;



# Estado do Espírito Santo

- 20.1.2 multa moratória a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,03% sobre o valor total do contrato, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, sendo a somatória da multa limitada a 20% do valor total do contrato;
- 20.1.3 multa compensatória em razão de inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar esse valor sobre o valor total do contrato, podendo esse valor ser abatido do pagamento a que fizer jus o contratado, recolhido através de GRU, ou cobrado judicialmente;
- 20.1.4 suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- 20.1.5 declaração de inidoneidade para contratar com toda a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
  - 20.1.5.1 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 14.1 alínea "e", caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.
- 20.2 No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato. No caso de sanção de declaração de inidoneidade para contratar com a Administração, caberá pedido de reconsideração, da decisão do Secretario(a) Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.
- 20.3 Pela recusa injustificada da assinatura da Ordem de Fornecimento, a contratada será penalizada em até 10% do valor do contrato.
- 20.4 A aplicação de quaisquer sanções administrativas não impede a Administração Pública de rescindir unilateralmente o contrato, na forma do artigo 79, I da Lei 8.666/93 cominado com o artigo 78 da mesma Lei.
- 20.5 É admissível recurso das penalidades previstas neste capítulo, exceto para a prevista na alínea "e", no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato (publicação no DIO/ES), de acordo com os preceitos do artigo 109, da Lei 8.666/93 atualizada;
- 20.6 Os recursos serão dirigidos à Autoridade que aplicou a penalidade, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

### 21. INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA

- 21.1 Se o licitante classificado em primeiro lugar, não comprovar que atende às exigências do edital quanto à sua habilitação, ou tiver sua proposta desclassificada, após decorrido o prazo recursal, o Pregoeiro examinará a documentação de habilitação dos demais proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo concorrente convocado para negociar redução do preço ofertado, tendo sempre como meta o preço de menor oferta obtida no pregão.
- 21.2 Homologada a decisão e após decorrido o prazo para interposição dos recursos e suas respectivas decisões, será o licitante vencedor convocado para assinar o contrato, ou instrumento equivalente, o que deverá fazê-lo no prazo de até 05 (cinco) dias.
- 21.3 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou instrumento equivalente, estará sujeito às penalidades do art. 87 da Lei nº 8.666/93. Neste caso, a Administração poderá aplicar também o que norteia o artigo 64 do mesmo ordenamento legal.
- 21.4 Para efetivar a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o licitante vencedor deverá apresentar o comprovante de situação regular perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do Licitante, Fazenda Pública Federal Conjunta, Dívida Ativa da União, Fundo de Garantia por Tempo de Servico e a CND Trabalhista.
- 21.5 A recusa injustificada do concorrente vencedor em assinar o contrato, ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de até 05 (cinco) anos.



# Estado do Espírito Santo

21.6 - Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

#### 22 - DO PAGAMENTO

- 22.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, através de depósito em conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data da certificação/aceitação dos materiais, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos produtos:
- 22.1.1 A Nota Fiscal apresentada deverá constar o número e a Modalidade de Licitação;
- 22.2 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o MUNICÍPIO por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.
- 22.2.1 Ocorrendo erro na apresentação das Notas Fiscais/Faturas as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação das novas Notas Fiscais/Faturas, sem qualquer ônus ou correção a ser pago pelo Município;
- 22.3 É expressamente vedado ao fornecedor cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros;
- 22.4 Os pagamentos serão efetuados somente após a comprovação da Regularidade Fiscal, mediante apresentação, junto às Notas Fiscais/Faturas, de cópias, das Certidões Negativas de Débito com o FGTS e CNDs Municipal, Estadual e Federal Conjunta da sede da Contratada e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.
- 22.5 Conforme determina o Art. 64 da Lei nº 64 da Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e Instrução Normativa SRF nº 539 de 25 de abril de 2005, os pagamentos efetuados as pessoas jurídicas estão sujeitos à retenção dos impostos e tributos previstos no referido estatuto legal.
- 22.6 As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), não estão sujeitas a retenção dos referidos tributos e contribuições previstas na referida legislação, desde que comprovada a condição de optante pelo SIMPLES, mediante a apresentação de declaração conforme modelo previsto no anexo da referida Instrução Normativa.

### 23 - DO REAJUSTE DE PREÇOS

23.1 – Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência do contrato.

#### 24. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1- O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 24.2 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 24.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 24.4 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.5 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.
- 24.6 Poderão obter maiores informações e esclarecimentos sobre este edital no horário de 12h00 as 18h00, no Setor de Licitações dos Fundos Municipal de Saúde, de Assistência Social e de Desenvolvimento Municipal e Defesa do Consumidor da PMSM, situado na Avenida Jones dos Santos Neves, n° 70 Centro, ou através do telefone (27) 3761-4881 e/ou 3761-4875 ou e-mail licitacaofundo@saomateus.es.gov.br.



24.7 – O licitante fica obrigado a atender a todas as exigências do gestor do contrato referentes ao cumprimento da legislação brasileira vigente.

24.8 - A CONTRATADA deverá observar e cumprir o disposto na Lei Municipal do Trabalho Seguro nº 1.286/2013, que institui a obrigatoriedade de capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho.

#### 24.9 - Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta;

Anexo III - Exigências para habilitação;

Anexo IV - Declaração de superveniência;

Anexo V – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da CF.

Anexo VI – Dados do Representante

Anexo VII - Minuta do Contrato.

São Mateus ES, 21 de Outubro de 2016.

#### **RENATA ZANETE**

Pregoeira Oficial – FMS/FMAS da PMSM



## PREGÃO ELETRÔNICO № 024/2016 ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Aquisição de **Grupo Gerador** com instalação para a **UPA** - Unidade de Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

A(s) dotação(ões) orçamentária(s) para o exercício de 2016, destinada(s) ao pagamento do objeto licitado está(ão) prevista(s) e indicada(s) no processo pela área competente da Secretaria Municipal de Saúde, sob o(s) seguinte(s)número(s):

Recurso: 12010000 - FMS - Recursos Próprios

0090009010.1030101471.105 - Construção e Manutenção da UPA - Unidade de Pronto

Atendimento.

44905200000 - Equipamento e Material Permanente - Ficha 075

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 183

A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2016 correrá à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

1.5 Modalidade: Licitação

#### 2. JUSTIFICATIVA

- 2.1 A UPA é um serviço intermediário entre a atenção básica (ESF/UBS) e as unidades hospitalares.
- **2.2** Trata-se de uma unidade de saúde que funcionará em horário integral, inclusive nos fins de semana e feriados.
- **2.3** Oferecerá uma estrutura com eletrocardiografia, consultórios de clínica médica, pediatria, odontologia, serviços de laboratório e raio-x.
- **2.4** Também conta com leitos de observação para adultos e crianças, salas de medicação, nebulização, ortopedia e uma "sala de emergência", para estabilizar os pacientes mais graves até serem levados a um hospital.
- **2.5** Devido ao seu grau de importância, torna-se necessário a instalação de um grupo gerador para o total do funcionamento da unidade de saúde em caso de falta de energia elétrica da rede concessionária, assegurando o atendimento deste trabalho essencial à população de São Mateus.

## 3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

**3.1** Deverão ser rigorosamente atendidas às especificações constantes da tabela abaixo e observados os esclarecimentos constantes neste termo de referência.

Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	UM GRUPO GERADOR, LINHA DIESEL, com potência de mínima em regime stand-by, 360 kVA - trifásico, com fator de potência 0,8, na tensão de 220 / 127 Volts, em 60 Hz.  - Motor a diesel, com no mínimo 5 cilindros, refrigeração por radiador, injeção eletrônica.	Unid.	01



	- Alternador trifásico, com respectivo regulador eletrônico de tensão; - Base metálica para o conjunto; - Quadro de comando automático, tipo microprocessado, integrado ao conjunto, que permite o monitoramento da rede, proteção e controle total do grupo gerador - Tanque de combustível incorporado à base de no mínimo de 400L, sistema de pré aquecimento, pontos de içamento na base do conjunto do grupo gerador, sistema elétrico de 24 CC, baterias de 12 VCC 135/150AH, tipo chumbo ácida, carregador de baterias, documentação técnica, painel composto por disjuntor tripolar dimensionado para corrente nominal do equipamento, tipo caixa moldada, execução fica, comando manual, proteção termomagnética, montado na base do grupo gerador e bóia elétrica com 1 contato para alarme de nível baixo e com medição analógica.  - Quadro de transferência automático rede/gerador, formado por 02 (dois) contadores tripolares de 1000A, intervalados elétrica/mecanicamente, de capacidade adequada ao grupo gerador e dotada de sensor de rede, kit de atenuação acústica aplicado na sala de alvenaria de 75 dB(A) +/- 3dB(A) a 1,5 metro composto por :  01 x Módulo Atenuador (entrada de ar frio):  01 x Porta acústica 1800 x 2100 mm:  01 x Silencioso tipo hospitalar.  Garantia: - Prazo de 12(doze) meses ou 1000 horas contados da data da entrega técnica (start up).		
02	Instalação de todo equipamento, testes, start-up e treinamento.	Unid.	01

# 4 - PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

- **4.1 -** O prazo para fornecimento e instalação total do equipamento é de **60 (Sessenta) dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento expedida pelo setor de compras da Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus/ES.
- **4.2 -** O equipamento solicitado deverá ser entregue na **UPA Unidade de Pronto Atendimento, situada na Rodovia Othovarino Duarte dos Santos s/n° bairro Carapina, São Mateus/ES** em dia útil, previamente acordados formalmente com a Secretaria Municipal de Saúde.
- **4.4** A entrega será de forma ÚNICA de acordo com a necessidade e em local previamente determinado pela Secretaria de Saúde, sendo que o transporte até o local solicitado será de responsabilidade da empresa contrata

### 4.5. Do Recebimento



# Estado do Espírito Santo

- 4.5.1. O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, conforme:
- 4.5.1.1 Provisoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias na apresentação da mercadoria, acompanhado da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável do Fundo Municipal de Saúde e se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal é assinado e é emitido o Termo de Recebimento Provisório;
- 4.5.1.2 Definitivamente: após nova conferência e verificação por Fiscal competente do Fundo Municipal de Saúde e se confirmada conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada e é emitido o Termo de Recebimento Definitivo no prazo de 05 (dias) a contar do recebimento provisório;
- 4.6 Os coffee Breaks e lanches adquiridos deverão ser entregues nas quantidades e endereços especificados no Pedido de Entrega, podendo abranger os seguintes locais:

LOCAL	ENDEREÇO					
UPA – Unidade de Pronto Atendimento	Rodovia Othovarino Duarte dos Santos s/n° – Bairro Carapina, São Mateus/ES					

## 5 - PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

5.1 A garantia deverá ser igual ou superior a 12 (doze) meses, a partir da data de entrega, ou 1000 horas contados da data da entrega técnica (Start Up).

# 6 RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

6.1 O servidor público municipal designado na aquisição e instalação do Grupo Gerador, neste ato, para acompanhamento do contrato acima descrito é a Sra. Bárbara Sarcinelli Campagnaro no cargo comissionado de Coordenador de Projetos de Engenharia e Arquitetura, matrícula nº 69949, Decreto nº 7.274/2014 e como suplente a Sra. Jacqueline Ferreira Leonardo, no cargo comissionado de Coordenadora de Ações Básicas de Saúde I, Matrícula nº 400.574, Decreto nº 8.115/2016 que atuará no contrato a ser firmado. Telefones para contato: 27 3767 8974/8553 (Ari Marcos) e 27 3767 8545 (Jacqueline).

# 7 - CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde em até de 30 (trinta) dias, após a devida comprovação do servico executado, por meio de deposito na conta corrente da contratada através de Ordem Bancaria após a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Nota Fiscal / Fatura de serviços discriminativa, em via única, devidamente atestada pela Secretaria de Saúde, assim como pelo fiscal do contrato;
- b) Certidão Negativa de Debito CND, emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social INSS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.
- c) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; e
- d) Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005 e CND Estadual e Municipal na sede do Licitante.
- 7.2 A apresentação da Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior, implicará na sua devolução à Empresa contratada para regularização, SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DOS FUNDOS MUNICIPAL DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MATEUS - ES Av. Jones dos Santos Neves, nº 70 – Centro – São Mateus-ES – CEP. 29.930.000 TEL (27) 3761-4881 / 3761-4875 – email: licitacaofundo@saomateus.es.gov.br



## Estado do Espírito Santo

sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza. O prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizado.

- **7.3** Se a empresa contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à Nota Fiscal/Fatura que comprove está opção, na forma do Anexo IV, da IN/SRF nº 480/2004, alterada pela IN/SRF nº 539/2005, situação em que incidirá a retenção no percentual estabelecido na Lei 123/06, devendo a CONTRATADA discriminar o percentual na Nota Fiscal.
- **7.4** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
- **7.5** Considera-se data do pagamento o dia da efetiva entrega da Ordem Bancaria na unidade bancaria.

## 8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **8.1** Fiscalizar a entrega, podendo sustar ou recusar o equipamento entregue em desacordo com as especificações apresentadas;
- **8.2** Proporcionar todas as facilidades necessárias à CONTRATADA, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega do(s) equipamento (s).
- **8.3** Notificar a empresa de eventuais atrasos na chegada do equipamento.
- **8.4** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos equipamentos efetivamente entregues, medidos e faturados.
- **8.5** Notificar, por escrito, à CONTRATADA, defeitos e irregularidades encontradas, fixando prazos para sua correção.
- **8.6** Notificar, por escrito, à CONTRATADA, da aplicação de eventuais multas, de notas de débitos e da suspensão da entrega do equipamento.

## 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- **9.1** Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de qualificação assumidas pela contratada.
- 9.2 Respeitar e cumprir as Normas Administrativas em vigor no Município.
- **9.3** Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- **9.4** Zelar pela padronização e qualidade do equipamento fornecido, empregando matérias primas condizente com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade.
- **9.5** Assumir a total responsabilidade pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto contratual;



## Estado do Espírito Santo

- **9.6** Responsabilizar-se pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e prepostos na execução dos serviços contratados, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- 9.5 Cumprir integralmente os dispositivos legais provenientes de trabalho seguro, inclusive Lei Municipal do Trabalho Seguro nº 1.286/2013.

## 10 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**10.1** Comprovação de que o contratado executou serviços de natureza semelhante ou compatível ao indicado no presente termo de referência. A comprovação será feita por meio de apresentação de <u>atestado(s)</u>, em nome do contratado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, que comprovem o fornecimento pertinente e compatível com o objeto do contrato.

#### 11 - VALORES REFERENCIAS DE MERCADO

11.1 Seguem como valores referenciais de mercado o mapa comparativo em anexo.

## 12 - SANÇÕES

- **12.1** Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Fundo Municipal da Saúde poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo legal, aplicar as seguintes sanções;
- a) advertência sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido:
- b) multa moratória a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,03% sobre o valor total do contrato, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, sendo a somatória da multa limitada a 20% do valor total do contrato;
- c) multa compensatória em razão de inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar esse valor sobre o valor total do contrato, podendo esse valor ser abatido do pagamento a que fizer jus o contratado, recolhido através de GRU, ou cobrado judicialmente;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- f) Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- **12.2** O FMS aplicará as penalidades previstas na lei 8.666/93 e no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.



## Estado do Espírito Santo

- 12.3 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- **12.4** É admissível recurso das penalidades previstas neste capítulo, exceto para a prevista na alínea "e", no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato (publicação no DIO/ES), de acordo com os preceitos do artigo 109, da Lei 8.666/93 atualizada.
- **12.5** No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 14.1 alínea "e", caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.
- **12.6** Os recursos serão dirigidos à Autoridade que aplicou a penalidade, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## 13 - CONDIÇÕES GERAIS

Além das especificações acima, deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionadas da aceitação da proposta e da entrega do equipamento.

- **13.1** Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive impostos, materiais necessários para instalação, fretes, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição, entrega e instalação do equipamento.
- **13.2** O equipamento deverá ser instalado com base anti-vibratória de borracha.
- **13.3** Para facilitar a análise dos objetos ofertados a licitante poderá juntar à proposta, prospectos, folder, certificados e demais elementos que possam facilitar o entendimento da proposta.
- **13.4** A empresa vencedora do certame deverá entregar juntamente com o equipamento o manual de operação do equipamento.

## 14 - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

**14.1** Os preços serão fixos e irreajustáveis durante a vigência do contrato.



### PREGÃO ELETRÔNICO № 024/2016 ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

Empresa:(Nome da Empresa)										
AO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES										
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRUPO GERADOR COM INSTALAÇÃO PARA A UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO.  Prezados Senhores:										
Pela presente formulamos Proposta Comercial para fornecimento dos materiais descritos abaixo, com entrega ÚNICA, de acordo com todas as condições do PREGÃO ELETRÔNICO nº 024/2016 e seus anexos.										
ITEM	UND	QUANT		ESPECI	FICAÇ	ÃO	N	IARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
INFORM	IAR O V	 ALOR DO TO	 OTAL: R\$							
Compõem nossa proposta os seguintes anexos:  Anexo I – Descrição do objeto; Anexo II – Proposta Comercial; Anexo III – Exigências para Habilitação; Anexo IV – Declaração de superveniência; Anexo V – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;										
Sem mais para o momento, firmamo-nos.										
Atenciosamente,										
	Identificação e assinatura do representante legal/carimbo									
Obs.: Nos preços unitários, será permitido no máximo 02 (duas) casas decimais, conforme item 12.1.8 alínea "f" do edital.										



#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2016

### ANEXO III - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

### 1 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.

#### 1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores:
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

#### 1.2. DA REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ.
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (FAC Ficha de Atualização Cadastral ou Sintegra) ou Municipal (Alvará de Funcionamento), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) prova de regularidade para com a Receita Federal: Certidão Conjunta PGFN/RFB, conforme a Portaria RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- e) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado
- f) comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede da proponente.
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.

#### 1.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

 a) Comprovação de que o licitante forneceu materiais de natureza semelhante ou compatível ao indicado no Anexo I do presente edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de <u>atestado(s)</u>, em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, que comprovem o fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação, descrito no anexo I do presente edital;

### 1.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias, anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação;

### 1.5. OUTROS DOCUMENTOS:

- 1.5.1 Declaração de Superveniência (Anexo IV);
- 1.5.2 Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal (Anexo V);

OBS: As empresas cadastradas no SICAF/FEDERAL poderão deixar de apresentar as documentações exigidas nos itens 1.1 letras "a" à "d" ficando a empresa na obrigação de enviar cópia comum do documento conforme for o caso da empresa, 1.2 letras "a" à "d", substituindo-os pelo referido Certificado, obrigando-se, no entanto, a declarar sob as penalidades legais cabíveis, a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo anexo IV.

RENATA ZANETE Pregoeira Oficial – FMS/FMAS DA PMSM



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2016

ANEXO IV - MODELO

LOCAL E DATA
Ao:
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES
DECLARAÇÃO
A empresa(Nome da Empresa), estabelecida à(Endereço Completo) devidamente inscrita no CNPJ sob o nº, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação no Pregão Eletrônico Nº 024/2016.
(nome e identificação do representante legal)



### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2016

ANEXO V - MODELO

## **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO**

## AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

, inscrito no CNPJ n°, por intermédio de seu representante legal o(a
Sr(a)
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .
(data)
Representante Legal



# PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2016 ANEXO VI

## DADOS COMPLEMENTARES DO REPRESENTANTE, CREDENCIADO, PARA ASSINAR O CONTRATO

NOME:				
Nº C.I.:	ÓRGÃO EMISS	SOR:	UF:	
N° CPF:	UF:	NACIONALIDADE:		
PROFISSÃO:		ESTADO CIVIL:		
ENDEREÇO COMPLETO D.	A PESSOA JURÍD	DICA – TELEFONE e E-M	IAIL:	
	[cidade],	de	de 2016.	
				_
		Assinatura e Carimbo	0	

Observação:

Caso o representante seja procurador legal da empresa, anexar a procuração juntamente com a documentação.



## PREGÃO ELETRÔNICO № 024/2016 *ANEXO VII*

#### **MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS – ES por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS-ES, jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.356.696/0001-00, com sede na Avenida Jo Santos Neves, nº 70, Centro, São Mateus - ES, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representa (qualificação), e a Empresa pessoa jurídica de direito inscrita no CNPJ/MF sob o nº. estabelecida na pessoa jurídica de direito inscrita no CNPJ/MF sob o nº. estabelecida na nacionalidade, esta profissão, portador do CPF nº. e CI nº. residente na tendo em vista o Pregão Eletrônico nº. 024/2016, e o Processo Administrativo nº. 013.636/2016, nos termos das L 10.520/2002 e 8.666/1993, resolvem assinar o presente contrato que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguin	IPRESA
jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.356.696/0001-00, com sede na Avenida Jos Santos Neves, nº 70, Centro, São Mateus - ES, doravante denominado <u>CONTRATANTE</u> , neste ato representa	
CONTRATADA, representada pelo (a) Sr. (a)	nes dos do pelo privado
	do civil  eis nº.s
CLÁUSULA PRIMEIRA	
1. DO OBJETO	
1.1. Este Contrato tem por objetivo a <b>AQUISIÇÃO DE GRUPO GERADOR COM INSTALAÇÃO PARA A UPA – UN DE PRONTO ATENDIMENTO</b> , para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o descrito no adeste Contrato.	<u>IIDADE</u> anexo I
CLÁUSULA SEGUNDA	
2. DO PREÇO A SER CONTRATADO	
2.1. O Contratante pagará à Contratada o valor de R\$ (	
§1º - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência do contrato	
CLÁUSULA TERCEIRA	

## 3. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1 O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde em até de 30 (trinta) dias, após a devida comprovação do serviço executado, por meio de deposito na conta corrente da contratada através de Ordem Bancaria após a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Nota Fiscal / Fatura de serviços discriminativa, em via única, devidamente atestada pela Secretaria de Saúde, assim como pelo fiscal do contrato;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.
- c) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; e
- d) Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal Conjunta, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005 e CND Estadual e Municipal na sede do Licitante.
- 3.2 A apresentação da Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior implicará na sua devolução à Empresa contratada para regularização, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza. O prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizado.
- 3.3 Se a empresa contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à Nota Fiscal/Fatura que comprove está opção, na forma do Anexo IV, da IN/SRF nº 480/2004, alterada pela IN/SRF nº 539/2005, situação em que incidirá a retenção no percentual estabelecido na Lei 123/06, devendo a CONTRATADA discriminar o percentual na Nota Fiscal.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DOS FUNDOS MUNICIPAL DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MATEUS - ES Av. Jones dos Santos Neves, n° 70 – Centro – São Mateus-ES – CEP. 29.930.000 TEL (27) 3761-4881 / 3761-4875 – email: licitacaofundo@saomateus.es.gov.br



# Estado do Espírito Santo

- 3.4 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
- 3.5 Considera-se data do pagamento o dia da efetiva entrega da Ordem Bancaria na unidade bancaria.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

#### 4. DO PRAZO DE INÍCIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

- 4.1. O presente contrato terá vigência limitada ao dia 31/12/2016, em razão do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento;
- 4.2. O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo prévio entre as partes contratantes, através de Termo Aditivo e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

## 5. DAS FONTES DE RECURSOS

0090 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 009010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 - SAÚDE 301 – ATENÇÃO BÁSICA 0147 – IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE 1.105 – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 44905200000 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 12010000 – RECURSOS PRÓPRIOS - FICHA 00000075

0090 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 009010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 - SAÚDE 301 – ATENÇÃO BÁSICA 0147 – IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE 1.105 – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 12010000 – RECURSOS PRÓPRIOS - FICHA 00000183

#### **CLÁUSULA SEXTA**

### 6. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

- 6.1. Todo equipamento deverá ser entregue de forma única, na **UPA Unidade de Pronto Atendimento, situada na Rodovia Othovarino Duarte dos Santos s/n° bairro Carapina, São Mateus/ES** Tel.: (27) 3767-8913 ou 3767-1017 e-mail: <a href="mailto:amx.semus@gmail.com">amx.semus@gmail.com</a> e/ou <a href="mailto:compras.saudesm@gmail.com">compras.saudesm@gmail.com</a>, em dias úteis, no horário das 07:00 às 13:00h. O transporte até o local de entrega será de responsabilidade da empresa contratada.
- 6.2 O prazo para entrega e instalação total do equipamento é de 60 (sessenta) dias contados a partir do dia da emissão da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus ES.
- 6.3 **Provisoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias,** na apresentação da mercadoria, acompanhado da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável do Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde e se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal é assinado e é emitido o **Termo de Recebimento Provisório.**
- 6.4 **Definitivamente**: após nova conferência e verificação por Fiscal competente do Fundo Municipal de Saúde e se confirmada conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada e é emitido o **Termo de Recebimento Definitivo no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento provisório.**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

### 7. DO PRAZO DE VALIDADE DOS MATERIAIS

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DOS FUNDOS MUNICIPAL DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MATEUS - ES Av. Jones dos Santos Neves, n° 70 – Centro – São Mateus-ES – CEP. 29.930.000 TEL (27) 3761-4881 / 3761-4875 – email: licitacaofundo@saomateus.es.gov.br



# Estado do Espírito Santo

- 7.1. Os bens deverão ser garantidos, pelo fornecedor, contra defeitos de fabricação e impressão, devendo ser substituído todo exemplar que apresentar imperfeição não proveniente do uso.
- 7.2. A **garantia deverá ser igual ou superior a 12 (doze) meses**, a partir da data de entrega, ou 1000 horas contados da data da entrega técnica (Start Up).

#### **CLÁUSULA OITAVA**

#### 8. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

#### 8.1 - Compete a CONTRATADA:

- a) Entregar o equipamento e efetuar a devida instalação do mesmo de acordo com o estipulado no edital de Pregão Eletrônico nº 024/2016;
- b) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de qualificação assumidas pela contratada;
- c) Utilizar pessoal técnico qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- d) Designar funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos materiais adquiridos.
- e) Registrar ocorrências havidas durante a vigência do presente contrato, de tudo dando ciência à Contratante, respondendo integralmente por sua omissão;
- f) Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Respeitar e cumprir as Normas Administrativas em vigor no Município.
- Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- Zelar pela padronização e qualidade do equipamento fornecido, empregando matérias primas condizente com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade.
- j) Assumir a total responsabilidade pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto contratual;
- k) Responsabilizar-se pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e prepostos na execução dos serviços contratados, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- Cumprir integralmente os dispositivos legais provenientes de trabalho seguro, inclusive Lei Municipal do Trabalho Seguro nº 1.286/2013.

### 8.2. Compete a **CONTRATANTE**:

- a) Fiscalizar a entrega, podendo sustar ou recusar o equipamento entregue em desacordo com as especificações apresentadas;
- Proporcionar todas as facilidades necessárias à CONTRATADA, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega do(s) equipamento (s);
- c) Notificar a empresa de eventuais atrasos na chegada do equipamento;
- d) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos equipamentos efetivamente entregues, medidos e faturados;
- e) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, defeitos e irregularidades encontradas, fixando prazos para sua correção;
- f) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, da aplicação de eventuais multas, de notas de débitos e da suspensão da entrega do equipamento.



#### **CLÁUSULA NONA**

#### 9. DAS PENALIDADES

- 9.1. Durante a execução do Contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
- a) advertência sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;
- b) multa moratória a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,03% sobre o valor total do contrato, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, sendo a somatória da multa limitada a 20% do valor total do contrato;
- c) multa compensatória em razão de inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar esse valor sobre o valor total do contrato, podendo esse valor ser abatido do pagamento a que fizer jus o contratado, recolhido através de GRU, ou cobrado judicialmente;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- f) Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- 9.2 O FMS aplicará as penalidades previstas na lei 8.666/93 e no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
- 9.3 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.4 É admissível recurso das penalidades previstas neste capítulo, exceto para a prevista na alínea "e", no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato (publicação no DIO/ES), de acordo com os preceitos do artigo 109, da Lei 8.666/93 atualizada.
- 9.5 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 14.1 alínea "e", caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.
- 9.6 Os recursos serão dirigidos à Autoridade que aplicou a penalidade, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantêla, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA**

## 10. DA RESCISÃO

- 10.1. Constituem motivos para a rescisão contratual:
- a) O descumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão no cumprimento do contrato, que impossibilite a conclusão dos serviços no prazo estipulado.
- c) Atraso injustificado no início dos serviços;
- d) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao Município;
- e) A subcontratação total ou parcial do seu objeto;
- f) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DOS FUNDOS MUNICIPAL DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MATEUS - ES Av. Jones dos Santos Neves, n° 70 – Centro – São Mateus-ES – CEP. 29.930.000 TEL (27) 3761-4881 / 3761-4875 – email: licitacaofundo@saomateus.es.gov.br



# Estado do Espírito Santo

- g) O cometimento reiterado de faltas na execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/93;
- h) Decretação de falência, recuperação judicial, instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- i) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a Juízo do Município, prejudique a execução do Contrato;
- j) O valor das multas aplicadas atingir 10% (dez por cento) do valor global contratado ou após o trigésimo dia de atraso no cumprimento da obrigação assumida;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- m) O descumprimento do disposto no inciso V do art.27 da Lei 8.666/93, com a redação conferida pela Lei 9.854/99.
- 10.2. A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer nas demais hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.
- 10.3. A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo desde que haja conveniência para a Administração Pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

#### 11. DOS ADITAMENTOS

11.1 O presente contrato poderá ser aditado nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

#### 12. DOS RECURSOS

12.1 Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei  $n^{\circ}$  8.666/93 e alterações posteriores.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

### 13. DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

- 13.1. A execução do contrato será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observando o disposto neste contrato e seus parágrafos, sem o que não será permitido qualquer pagamento;
- 13.2. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Administração especialmente designado, conforme determinação dos artigos 58, inciso III e artigo 67 da Lei 8.666/1993. Desta forma, designa-se titular a servidora pública a **Sra. Bárbara Sarcinelli Campagnaro** no cargo comissionado de Coordenador de Projetos de Engenharia e Arquitetura, matrícula nº 69949, Decreto nº 7.274/2014, e como suplente a **Sra. Jacqueline Ferreira Leonardo**, no cargo comissionado de Coordenadora de Ações Básicas de Saúde I, Matrícula nº 400.574, Decreto nº 8.115/2016, para o fiel cumprimento do presente contrato. Telefones para contato: 27 3767 8974/8553 (Ari Marcos) e 27 3767 8545 (Jacqueline).

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

#### 14. DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

14.1.	Representará	а	Contratada	na	execução	do	ajuste,	como	preposto,	 brasileiro
desta empresa.										

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

#### 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato compatibilidade com a obrigação assumida, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;



- 15.2 Naquilo em que for omisso, o presente instrumento contratual, reger-se-á pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelas condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 024/2016.
- 15.3 A CONTRATADA deverá atender a todas as exigências da CONTRATANTE quanto ao cumprimento da legislação pertinente.
- 15.4 A CONTRATADA deverá observar e cumprir o disposto na Lei Municipal do Trabalho Seguro nº 1.286/2013, que institui a obrigatoriedade de capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

### 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

- 16.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Mateus, Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 16.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

São Mateus.	de	de 2016.
Sau Maleus,	ue	ue 2016.

ANA FRANCISCA GONÇALVES DA CRUZ SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS CONTRATANTE

> Nome Cargo Empresa CONTRATADA